

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DO POÇO- BAHIA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Durval Gama, 414, centro, na cidade de Várzea do Poço – Bahia, inscrito no **CNPJ sob número: 13.913.389/0001-08**, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal o Sr. Everson Marcos Matt**, no exercício do seu mandato político, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por meio do **PREGOEIRO**, consoante **Portaria nº 03/2026**, torna público que, realizará licitação na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 024/2024, de 13 de março de 2024, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. Modalidade de Licitação

- ☒ **Pregão:** Para bens e serviços comuns.
- ☐ **Concorrência:** Para obras, serviços de engenharia e bens/serviços especiais.
- ☐ **Concurso:** Para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
- ☐ **Leilão:** Para venda de bens da Administração.
- ☐ **Diálogo Competitivo:** Para contratações complexas e inovadoras.

2. Modo de Disputa

- ☒ **Aberto:** Lances públicos e sucessivos.
- ☐ **Fechado:** Propostas em sigilo, reveladas em data única.
- ☐ **Aberto e Fechado:** Fase de propostas fechadas seguida por lances abertos.

3. Critério de Julgamento

A. Critério Principal:

- ☒ **Menor Preço**
- ☐ **Maior Desconto**
- ☐ **Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico**
- ☐ **Técnica e Preço**
- ☐ **Maior Lance**
- ☐ **Maior Retorno Econômico**

B. Forma de Adjudicação do Critério:

- ☐ **Unitário por Item**
- ☐ **Por Lote (ou Grupo)**
- ☒ **Global**

ÓRGÃO INTERESSADO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00m horas do dia 24/02/2026 às 09h29m do dia 09/03/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 09/03/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1. OBJETO:

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ PARBOILIZADO E PEIXE IN NATURA TIPO CORVINA), DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL DA SEMANA SANTA DO EXERCÍCIO DE 2026, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BAHIA.**

2. VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:

2.1 Os valores estimados por item estão especificados na Planilha de quantidades e valores, constante do termo de Referência.

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **LICITANET**

3.2 O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://licitanet.com.br/>

3.3 O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/app/editais> e <https://www.varzeadopoco.ba.gov.br/>.

3.4 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Manoel Roberto da Silva Junior**, nomeado pelo Decreto nº 024/2025 e equipe de apoio, designada pela Portaria Municipal nº 03/2026.

E-mail: licitacao@varzeadopoco.ba.gov.br

Endereço: Rua Durval Gama, 414, centro, na cidade de Várzea do Poço – Bahia, VÁRZEA DO POÇO/ Bahia

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12h00min.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

4.1.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 024/2024, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/> e/ou licitacao@varzeadopoco.ba.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

4.2.1 As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 16 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

4.3.1 No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema LICITANET e no site <https://licitanet.com.br/>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao processo, via sistema.

5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal nº 024/2024, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

6.1 6.1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

6.1.1 6.1.1. Encerrada a fase de lances e após a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que apresentarem **valores superiores aos preços unitários máximos e aos valores totais máximos** fixados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

6.1.2 6.1.2. Serão consideradas **inaceitáveis** as propostas que não observarem os limites máximos de preços estabelecidos, ainda que atendam às demais exigências técnicas e formais do certame.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.2.1 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2 O critério de menor preço será aplicado **por lote**, conforme a organização dos itens definida no Termo de Referência (Anexo I).

6.2.3 Para fins de julgamento, será considerada vencedora a proposta que apresentar o **menor valor total por lote**, desde que atendidas todas as condições de habilitação e às especificações técnicas previstas neste Edital e no Termo de Referência.

6.2.4 Serão **desclassificadas**, em qualquer fase do certame, as propostas que apresentarem:

- a) preços unitários superiores aos valores máximos fixados no Termo de Referência;
- b) valor total do lote superior ao valor máximo estimado; ou
- c) preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

- 6.2.5 Em caso de empate entre propostas de menor preço, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

- 7.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo VI), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

8. PROPOSTA PARCIAL:

- 8.1 **Não será permitida a apresentação de proposta parcial**, devendo o licitante ofertar proposta **para a totalidade dos itens que compõem cada lote**, conforme definidos no Termo de Referência (Anexo I).
- 8.2 A apresentação de proposta que contemple **apenas parte dos itens do lote** implicará **desclassificação** da licitante, por inobservância às condições estabelecidas neste Edital.

9. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

- 9.1 Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **serão reservados exclusivamente à participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI)** os lotes cujo **valor total estimado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.
- 9.2 Os lotes cujo valor total estimado **exceda o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** serão disputados em **ampla concorrência**, admitida a participação de quaisquer interessados que atendam às exigências deste Edital.
- 9.3 A participação nos lotes reservados ficará condicionada à **regular comprovação do enquadramento** como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.4 Será assegurado aos licitantes enquadrados como ME, EPP ou MEI o **tratamento diferenciado e favorecido** previsto na Lei Complementar nº 123/2006, observados os limites legais.

10. AMOSTRA:

- 10.1. A apresentação de amostras observará o disposto no Termo de Referência (Anexo I)

11. GARANTIA:

- 11.1. A garantia do objeto observará o disposto no Termo de Referência (Anexo I)

12. CONSÓRCIO:

- 12.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, em razão de justificativa técnica e econômica.

12.1.1. Justificativa Técnica

12.1.1.1. Gestão e Fiscalização Simplificadas:

O objeto da presente licitação consiste no fornecimento de gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), bens comuns, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado. A execução contratual por uma única empresa facilita a gestão, a fiscalização sanitária, o controle de qualidade, o recebimento dos produtos e a responsabilização por eventuais vícios, atrasos ou desconformidades.

12.1.1.2. Objeto Comum e Executável Individualmente:

O fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à ação social da Semana Santa 2026 não demanda a conjugação de capacidades técnicas distintas ou complementares que justifiquem a formação de consórcio, sendo plenamente executável por empresa individualmente habilitada.

12.1.1.3. Responsabilidade Contratual:

A vedação ao consórcio assegura clareza na atribuição de responsabilidades, permitindo resposta mais célere em caso de substituição de produtos, correção de falhas sanitárias, aplicação de sanções e demais providências administrativas.

12.2. Justificativa Econômica

12.2.1. Manutenção da Competitividade:

A pesquisa de mercado realizada demonstra a existência de número suficiente de fornecedores aptos a executar o objeto de forma individual, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

12.2.2. Economicidade:

A participação em consórcio poderia gerar custos adicionais de coordenação e gestão entre as empresas consorciadas, refletindo-se negativamente nos preços ofertados, em afronta ao princípio da economicidade.

12.2.3. Dessa forma, a vedação à participação em consórcio visa assegurar maior eficiência administrativa, simplicidade na execução contratual e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem restrição indevida à competitividade.

13. DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

13.1 NÃO APLICÁVEL PARA O OBJETO, DESTE CERTAME.

14. ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO III – ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA;

ANEXO IV - CADASTRO DE RESERVA

ANEXO V– MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO VI– MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO VII– MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO VIII– MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP.

ANEXO X – DECLARAÇÃO LGPD.

ANEXO XI – REGRAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.

ANEXO XII – DADOS PARA ASSINATURA PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO.

15. CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

15.1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

15.1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do LICITANET, na página www.licitanet.com.br.

15.1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal de VÁRZEA DO POÇO.

15.1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 024/2024.

15.1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal LICITANET, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.licitanet.com.br ou, ainda, por meio dos telefones (34) 2512-6500; contato@licitanet.com.br; forneecedor@licitanet.com.br.

15.1.5 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal de VÁRZEA DO POÇO– Bahia, implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

15.1.6 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 16.1 Poderão participar deste Pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 16.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 15 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- 16.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
- 16.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 16.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme, item 16.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 16.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 16.3.2;
- 16.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
- 16.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 16.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
- 16.3.7 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 16.3.8 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no que couber para este objeto.
- 16.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
- 16.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
- 16.5 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

17 PROPOSTA INICIAL

- 17.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
- 17.2 DECLARAÇÃO ÚNICA:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;*
- II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;*
- III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação*
- IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*
- V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social*
- VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.*
- VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema*
- VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas*

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- 17.3 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.
- 17.4 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 17.5 sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 17.6 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

18 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

18.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Valor unitário e total do item **ou** valor global, **ou** percentual de desconto;
- Marca, **obrigatório, quando se tratar de fornecimento de bens;**
- Quando se tratar de equipamento ou material permanente, apresentar modelo do produto. (SE FOR SOLICITADO PELO PREGOEIRO)**
- Fabricante;
- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, transporte dos itens, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- i) O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- j) As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

19 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 19.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 19.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, **desclassificando aquelas que não estejam em conformidade** com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, **preços acima do valor de referência**, ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 19.2.1 Será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**, em desacordo com as regras do sistema eletrônico.
- 19.2.2 A desclassificação será sempre **fundamentada e registrada no sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 19.2.3 A não desclassificação inicial da proposta **não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário**, a ser realizado na fase de aceitação.
- 19.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.
- 19.4 O sistema disponibilizará campo próprio para **troca de mensagens** entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 19.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar **lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 19.5.1 O lance deverá ser ofertado **de acordo com o critério de julgamento definido no item 6 – Das Condições Específicas deste Edital**.
- 19.6 Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 19.7 O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 19.8 O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

20. MODO DE DISPUTA:

- 20.1 conforme, estabelecido no sistema de pregão eletrônico, que poderá ser das seguintes formas:

20.1.1 ABERTO

- 20.1.1.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 20.1.1.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 20.1.1.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 20.1.1.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 20.1.1.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

20.1.2 ABERTO E FECHADO

- 20.1.2.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 20.1.2.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período

de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 20.1.2.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 20.1.2.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 20.1.2.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).
- 20.1.2.6 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 20.1.2.7 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 20.1.2.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 20.1.2.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 20.1.2.10 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 20.1.2.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 20.1.2.12 critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 20.1.2.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 20.1.3 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-.
- 20.1.3.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 20.1.3.2 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 20.1.3.3 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 20.1.3.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 20.1.4 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 20.1.4.1 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 20.1.4.2 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 20.1.4.3 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 20.1.4.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 20.1.5 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de *duas horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 20.1.6 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 20.1.5
- 20.1.7 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

21. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 21.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal n° 024/2024, bem como:
- a) Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, o(a) Pregoeiro(a) **poderá** consultar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para verificar se o somatório dos valores por ele recebidos, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
 - b) No caso da alínea anterior, para a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores por ela recebidos, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006.
 - c) Constatada a ocorrência de qualquer das situações que superem o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.
- 21.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 21.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 21.2.2 **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado e estimado pela Administração, sendo que, diante do exposto, havendo esta ocorrência, com qualquer lote, e, em conformidade com os itens 29.3 e 29.8, bem como, mediante assim estabelece o artigo 59, incisos III, IV e V, §1º e §2º da Lei Federal nº 14.133/21, obrigatoriamente, será aberta diligência para que cada empresa, inicialmente, arrematante de lote que se encontre nesta situação, apresente a comprovação da exequibilidade dos valores ofertados (planilha com discriminação de valor de compra, nota fiscal de compra do item, impostos, taxas, lucro, transporte, salários, e, demais informações pertinentes), no prazo máximo de 01 dia útil, inclusive, apresentando nota fiscal de compra dos itens e demais documentos e que julgar necessários. O arquivo com a comprovação de exequibilidade requerida deverá ser anexada em aba específica, sendo que, a não apresentação e/ou não comprovação da exequibilidade, indicará a desclassificação da proposta de preços para o lote divergente.**
- 21.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 21.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.
- 21.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 21.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 21.6 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.
- 21.7 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 21.7.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 21.7.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 21.7.2.1 Itens (item e aspecto, a ser definido, caso exista a necessidade);
- 21.7.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 21.7.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

- 21.7.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 21.7.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 03 (três) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 21.7.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 21.7.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 21.7.9 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.
- 21.7.10 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 21.7.10.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 21.7.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 21.7.10.3 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 21.7.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

22. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 22.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.
- 22.1.1 **Após a fase de julgamento, o licitante vencedor será convocado para apresentar os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em formato digital, preferencialmente em .pdf para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados no exclusivamente por meio do sistema de disputa no prazo de até 02 (duas) horas contados da solicitação do Pregoeiro, responsável pela condução do certame, podendo vir ser prorrogado a critério do agente de contratação/comissão de contratação, em quanto tempo for necessário e durante o horário de expediente do órgão.**
- 22.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 22.3 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 22.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 22.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 22.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 22.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

- 22.8 **Os documentos de habilitação mencionados no item 22.1.1, deverão obrigatoriamente, serem anexados na aba específica da plataforma, para documentos de habilitação, sendo que, não serão aceitos e, nem analisados, ensejando a inabilitação da empresa, caso sejam anexados na aba de proposta de preços e/ou qualquer outra aba divergente para a anexação de documentos de habilitação.**

23. DESCRITIVO DA PROPOSTA

- 23.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada de forma manual ou por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.
- 23.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.
- 23.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.
- 23.1.3 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.
- 23.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo VI.

24. DOS RECURSOS

- 24.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.
- 24.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.
- 24.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil ou de forma manual.
- 24.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.
- 24.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).
- 24.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema LICITANET, no site <https://pncp.gov.br/>. Enquanto o PNCP não estiver em funcionamento ou enquanto não for exigida sua utilização em razão do porte do Município, as publicações serão realizadas exclusivamente no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 176 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se, ainda, as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

24.5 acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

25. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 25.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 25.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

26. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 26.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 26.2 O procedimento será conduzido em sistema eletrônico oficial adotado pelo Município, garantindo a transparência, competitividade, publicidade e igualdade de condições entre os participantes.
- 26.3 O critério de julgamento será o de **menor preço global**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, sanitárias e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.
- 26.4 Após a fase de lances e julgamento da proposta mais vantajosa, será exigida a comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e econômico-financeira do licitante classificado em primeiro lugar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 26.5 Na hipótese de o licitante vencedor não atender às exigências de habilitação, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, até que se apure proposta que atenda às exigências legais e técnicas.
- 26.6 Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 26.7 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 26.8 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

27. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 27.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
- 27.2 Para a assinatura do contrato ou documento equivalente, o adjudicatário deverá realizar a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 27.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração poderá realizar consulta ao SICAF.
- 27.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Município.
- 27.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 024/2024, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
- 27.6 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 27.6.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 27.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação,

para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

- 27.7 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.
- 27.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 28.1 O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA no fornecimento dos kits escolares sujeitará a empresa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração.

28.2 Advertência

- 28.2.1 28.2.1. Será aplicada advertência por escrito nos casos de infrações de menor gravidade, tais como:
- a) atrasos pontuais e devidamente justificados na entrega dos bens;
 - b) falhas formais que não comprometam a qualidade, a funcionalidade ou a finalidade dos kits escolares.

28.3 Multa

- 28.3.1 A CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multa, observados os limites legais, nas seguintes hipóteses:
- 28.3.2 **Multa por atraso na entrega dos bens:**
Percentual de até **0,5% (meio por cento)** do valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, limitada a **10% (dez por cento)** do valor total do contrato.
- 28.3.3 **Multa por entrega de bens em desacordo com as especificações:**
Percentual de até **10% (dez por cento)** do valor dos bens rejeitados, sem prejuízo da obrigação de substituição integral dos itens.
- 28.3.4 **Multa por inexecução parcial do contrato:**
Percentual de até **15% (quinze por cento)** do valor da parte não executada do contrato.
- 28.3.5 **Multa por inexecução total do contrato:**
Percentual de até **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato.
- 28.3.6 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

28.4 Impedimento de Licitar e Contratar

- 28.4.1 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até **3 (três) anos**, quando a CONTRATADA:
- a) deixar de entregar os bens contratados;
 - b) causar prejuízo relevante à execução do contrato;
 - c) praticar atos que comprometam a regularidade da contratação ou da execução contratual.

28.5 Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

- 28.5.1 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos casos de:
- a) fraude na execução do contrato;
 - b) apresentação de documentação falsa;
 - c) prática de atos ilícitos graves;
 - d) conduta que demonstre inidoneidade para contratar com a Administração Pública.
- 28.5.2 A sanção vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

28.6 Procedimento para Aplicação das Sanções

- 28.6.1 A aplicação de quaisquer sanções observará:
- a) a instauração de processo administrativo próprio;
 - b) a garantia do contraditório e da ampla defesa;
 - c) decisão devidamente motivada pela autoridade competente.

28.7 Responsabilidade pela Substituição dos Bens

- 28.7.1 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de:
- a) substituir, às suas expensas, os bens entregues em desconformidade;
 - b) reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

28.8 Registro das Penalidades

- 28.8.1 As penalidades aplicadas poderão ser registradas no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** e nos cadastros oficiais de sanções administrativas, quando cabível.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1 Todas as referências de tempo constantes deste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília/DF.
- 29.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 29.3 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 29.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, ainda que ocorra a sua desconexão.
- 29.5 A não apresentação de qualquer documento exigido ou a apresentação de documento com prazo de validade expirado implicará a desclassificação ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.
- 29.6 **Será desclassificada a proposta ou o lance que apresentar valor superior ao preço máximo fixado neste Edital e no Termo de Referência.**
- 29.7 Os documentos que não mencionarem prazo de validade serão considerados válidos por **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão, salvo disposição legal em contrário.
- 29.8 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico de que trata o Edital. O(a) Pregoeiro(a), se julgar necessário, poderá verificar a autenticidade e a veracidade dos documentos apresentados.
- 29.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura e o conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório.
- 29.10 A realização da licitação não implica obrigatoriedade de contratação total ou parcial do quantitativo estimado, podendo a autoridade competente revogá-la, total ou parcialmente, por razões de interesse público superveniente, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 29.11 Fica eleito o foro da Comarca do Município de **Várzea do Poço – Bahia**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste certame que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.
- 29.12 O servidor que subscreve este Edital e seus anexos atesta que observou integralmente a minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Município de Várzea do Poço – Bahia.

Município de Várzea do Poço, 13 de fevereiro de 2026.

Everson Marcos Matt
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ PARBOILIZADO E PEIXE IN NATURA TIPO CORVINA), DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL DA SEMANA SANTA DO EXERCÍCIO DE 2026, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BAHIA.**

1.2. Conforme quantitativos e especificações constantes no item 10 deste Termo de Referência.

1.3. Natureza da contratação: fornecimento de bens, nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Regime de execução: fornecimento de bens.

1.5. Prazo de vigência da contratação: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do objeto, exclusivamente para fins de garantia e demais obrigações contratuais.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO, DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de aquisição de gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Várzea do Poço – Bahia, no âmbito da ação social da Semana Santa do exercício de 2026.

2.2. Dessa forma, a aquisição dos referidos gêneros alimentícios mostra-se necessária e adequada, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e contribuindo para a melhoria das ações voltadas à segurança alimentar e nutricional da população de baixa renda, especialmente no período da Semana Santa.

2.3. No que se refere ao Item 01 (arroz parboilizado, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem 1kg), sua aquisição destina-se à composição de kit alimentar para distribuição às famílias beneficiárias, considerando o número estimado de 1.750 famílias, a necessidade de fornecimento de 1 kg por núcleo familiar e os critérios técnicos definidos, conforme demonstrado na Memória de Cálculo constante do Documento de Formalização de Demanda.

2.4. Quanto ao Item 02 (peixe in natura tipo corvina, inteiro, eviscerado com cabeça, congelado), sua aquisição destina-se igualmente à composição de kit alimentar, considerando a previsão de fornecimento de 2 kg por família, totalizando 3.500 kg, conforme critérios técnicos e sociais estabelecidos.

2.5. A aquisição dos gêneros alimentícios visa assegurar a execução da ação social da Semana Santa 2026, garantindo a efetividade das políticas públicas de assistência social e a promoção da dignidade das famílias beneficiárias.

2.6. A contratação encontra-se devidamente respaldada no planejamento prévio da Administração, consubstanciado no Documento de Formalização de Demanda e no Estudo Técnico Preliminar, atendendo ao disposto nos arts. 18 e 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público, previstos no art. 5º do mesmo diploma legal.

2.7. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.8. O procedimento observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às fases de julgamento, habilitação, recursos, adjudicação e homologação, assegurando ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Técnicos:

- Os produtos deverão atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- O arroz deverá ser do tipo parboilizado, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, com registro nos órgãos competentes;
- O pescado deverá ser tipo corvina, inteiro, eviscerado com cabeça, congelado, com peso mínimo aproximado de 1kg por unidade;
- Os produtos deverão ser próprios para consumo humano e estar dentro do prazo de validade;
- Conformidade com normas sanitárias vigentes (MAPA/ANVISA, quando aplicável);
- Transporte com condições adequadas de conservação, especialmente manutenção da cadeia de frio no caso do pescado.

3.2. Requisitos de Qualidade e Desempenho

- Produtos isentos de impurezas ou materiais estranhos;
- Acondicionamento adequado que preserve a integridade do produto;

- c) Padrão mínimo de qualidade compatível com a finalidade social da ação da Semana Santa 2026;
- d) Identificação clara de lote e validade nas embalagens.

3.3. Requisitos de Garantia

- a) Responsabilidade do fornecedor pela substituição de produtos com vício ou inadequação sanitária;
- b) Garantia quanto à qualidade e adequação para consumo humano.

3.4. Requisitos de Fornecimento e Entrega

- a) Entrega conforme cronograma da ação social da Semana Santa 2026;
- b) Prazo de entrega a ser fixado de modo a garantir disponibilidade antes do período da distribuição;
- c) Transporte sob responsabilidade do fornecedor;
- d) Emissão de nota fiscal compatível com os itens fornecidos.

3.5. Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

- a) Observância às normas sanitárias e ambientais vigentes;
- b) Acondicionamento adequado e destinação correta das embalagens;
- c) Manutenção da cadeia de frio no transporte do pescado.

3.6. Requisitos Excludentes

- a) A contratação não inclui serviços de instalação, preparo, armazenamento posterior ou distribuição às famílias, limitando-se exclusivamente ao fornecimento dos gêneros alimentícios.

3.7 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

3.7.1. A Administração poderá exigir do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar a apresentação de amostra dos itens ofertados, para fins de verificação da conformidade com as especificações técnicas, sanitárias e de qualidade estabelecidas neste Termo de Referência.

3.7.2. A solicitação de amostra será formalizada pelo Pregoeiro após a fase de lances e julgamento da proposta, devendo o licitante apresentá-la no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação no sistema eletrônico.

3.7.3. As amostras deverão ser apresentadas:

- a) Em embalagem original, devidamente identificada;
- b) Com indicação de marca, lote e validade;
- c) No caso do pescado, sob condições adequadas de conservação, garantindo a manutenção da cadeia de frio.

3.7.4. A análise das amostras será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo contar com apoio da Vigilância Sanitária Municipal, observando-se:

- a) Conformidade com a descrição constante do item;
- b) Padrão de qualidade;
- c) Condições sanitárias;
- d) Peso mínimo exigido;
- e) Integridade da embalagem.

3.7.5. A não apresentação da amostra no prazo estipulado, ou a sua reprovação por desconformidade com as especificações técnicas e sanitárias, implicará na desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação.

3.7.6. As amostras apresentadas poderão ser retidas para fins de registro e comprovação da qualidade do produto contratado, não gerando direito a ressarcimento.

3.8. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

3.8.1. Documentação Exigida – Pessoa Jurídica

- a) Cópia do documento de identificação do responsável legal da empresa;
- b) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da sede, no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, ou, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Todos os documentos deverão estar acompanhados de suas alterações ou consolidação respectiva;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Para microempresas e empresas de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, comprovando o enquadramento, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007;
- f) No caso de cooperativas: ata de fundação e estatuto social em vigor, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados, bem como o registro previsto no artigo 107 da Lei nº 5.764/1971;
- g) Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como o ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando exigido por legislação específica.

Observação: Somente serão aceitas pessoas jurídicas com enquadramento como MEI, quando compatível com o objeto da contratação.

3.8.1.2. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, facultando-se à Administração exigir a apresentação de original ou cópia autenticada, em caso de dúvida quanto à autenticidade.

3.9. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

3.9.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dar-se-á mediante apresentação de:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração sobre proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.9.2. As certidões fiscais, sociais e trabalhistas, exigidas para participação e execução do contrato, devem estar **vigentes e devidamente válidas** na data de sua apresentação, comprovando a regularidade da empresa contratada perante os órgãos competentes.

3.10. Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, válida na data da realização da sessão pública do Pregão Eletrônico. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão expedida ou revalidada nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da sessão pública.

3.10.1. Eventuais inconformidades identificadas no ato do recebimento provisório ou definitivo deverão ser sanadas pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo estipulado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.10.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das obrigações legais, fiscais, trabalhistas e comerciais decorrentes do fornecimento.

3.10.3 Será selecionado o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa à Administração, considerada a menor proposta por valor global para o fornecimento de gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à ação social da Semana Santa 2026, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, bem como comprovadas as condições de habilitação exigidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO/ENTREGA

4.1.1. Os gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina) deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de Várzea do Poço – Bahia, cujo endereço será formalmente informado no momento da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.

4.1.2. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, em horário previamente definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante agendamento com o servidor responsável designado pela Administração.

4.1.3. O recebimento dos produtos será realizado por servidor designado pela Administração, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, após verificação da conformidade com as especificações técnicas, condições sanitárias e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.1.4. Todas as despesas relativas à entrega dos produtos, incluindo transporte, manutenção da cadeia de frio no caso do pescado, descarga, seguro e quaisquer outros encargos, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais à Administração Pública.

4.2. DO PRAZO DE ENTREGA

4.2.1. O prazo máximo para a entrega dos gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina) deverá ser compatível com o cronograma da ação social da Semana Santa do exercício de 2026, devendo ocorrer em até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento, garantindo-se que os produtos estejam disponíveis antes da data prevista para a distribuição, salvo prorrogação devidamente justificada e autorizada pela Administração.

4.3. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

4.3.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa, verificação das condições aparentes, da integridade das embalagens, das condições de conservação (especialmente no caso do pescado congelado) e da documentação obrigatória, especialmente a nota fiscal.

4.3.2. O recebimento definitivo será efetuado após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à qualidade, validade, peso mínimo e condições sanitárias, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.3. Constatadas desconformidades técnicas, vícios, irregularidades sanitárias ou descumprimento das especificações, a Administração poderá recusar total ou parcialmente os produtos, devendo a CONTRATADA proceder à substituição, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.4.1. Proporcionar todas as condições necessárias para a adequada execução do objeto contratual, possibilitando o fornecimento e a entrega dos gêneros alimentícios nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4.2. Emitir a respectiva nota de empenho, observadas as disposições orçamentárias e financeiras vigentes.

4.4.3. Indicar formalmente os responsáveis pelo recebimento dos produtos, bem como designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.5. Receber os produtos nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, procedendo ao recebimento provisório e definitivo após verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições sanitárias exigidas.

4.4.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca de eventuais irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

4.4.7. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA após o recebimento definitivo e o atesto da nota fiscal, observados os prazos contratuais.

4.4.8. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA, relacionados à execução do objeto.

4.4.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato.

4.4.10. Promover a extinção do contrato, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.5.1. Fornecer os gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina) em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições sanitárias e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

4.5.2. Entregar os produtos próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade, com adequada conservação e acondicionamento, especialmente mantendo a cadeia de frio no transporte do pescado congelado.

4.5.3. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, manutenção da cadeia de frio, tributos e encargos legais.

4.5.4. Proceder à substituição dos produtos que apresentarem vícios, irregularidades sanitárias, desconformidade de peso ou especificação técnica, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração.

4.5.5. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

4.5.6. Garantir a qualidade e adequação dos produtos fornecidos, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de vícios ou irregularidades.

4.5.7. Cumprir integralmente as normas sanitárias, ambientais e demais legislações aplicáveis ao fornecimento de alimentos.

4.5.8. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração.

4.5.9. Aceitar os acréscimos ou supressões contratuais até o limite de 25%, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.10. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento.

4.5.11. Não transferir ou subcontratar o objeto sem prévia autorização da Administração.

4.5.12. Submeter-se integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

4.6. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

4.6.1. O Contratante e o Contratado comprometem-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

4.6.2. O tratamento de dados pessoais eventualmente indispensáveis à execução do contrato será realizado exclusivamente para a finalidade pública da contratação, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, segurança e responsabilização.

4.6.3. Os dados pessoais tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados para fins relacionados ao cumprimento do objeto contratual, vedada sua utilização para quaisquer outras finalidades.

4.6.4. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos do art. 46 da LGPD.

4.6.5. A CONTRATADA manterá registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito da execução contratual, garantindo condições de rastreabilidade e comprovação sempre que solicitado.

4.6.6. O eventual acesso da CONTRATADA a dados pessoais sob controle do Município implicará dever de sigilo absoluto, inclusive após o término da vigência contratual.

4.6.7. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados.

4.6.8. Encerrada a vigência contratual, e não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, a CONTRATADA deverá proceder à sua devolução ou eliminação segura, conforme orientação do CONTRATANTE e nos termos da legislação vigente.

4.6.9. A aplicação das disposições desta cláusula não afasta a responsabilidade civil, administrativa ou penal prevista na legislação aplicável.

5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão do presente contrato será exercida por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, o Sr. TIAGO SANTOS BARROS, nomeado pela Portaria nº 014/2025, aos quais competirá acompanhar a execução do fornecimento dos gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução contratual e dar ciência à Administração de todas as ocorrências relevantes.

5.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios, falhas na conservação, inadequação sanitária ou fornecimento em desacordo com as especificações técnicas, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O fiscal designado pela secretaria demandante, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como as providências adotadas ou necessárias à regularização de falhas ou desconformidades eventualmente observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia contratual para a execução do objeto, considerando a natureza do fornecimento, o valor estimado da contratação e a baixa complexidade técnica envolvida.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

7.1. A CONTRATADA deverá garantir que todos os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, sanitárias e aos padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.

7.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela substituição imediata, às suas expensas, de quaisquer itens que apresentem defeitos, vícios, deterioração, irregularidade sanitária ou desconformidades verificadas no recebimento provisório ou definitivo.

7.3. No caso específico do pescado, deverá ser assegurada a adequada conservação e manutenção da cadeia de frio até o momento da entrega, respondendo a CONTRATADA por qualquer perda de qualidade decorrente de armazenamento ou transporte inadequado.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA no fornecimento dos gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à ação social da Semana Santa 2026, sujeitará a empresa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração.

8.2. Advertência

8.2.1. Será aplicada advertência por escrito nos casos de infrações de menor gravidade, tais como:

- a) atrasos pontuais e devidamente justificados na entrega dos bens;
- b) falhas formais que não comprometam a qualidade, a regularidade sanitária ou a finalidade social da contratação.

8.3. Multa

8.3.1. A CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multa, observados os limites legais, nas seguintes hipóteses:

8.3.2. Multa por atraso na entrega dos bens:

Percentual de até 0,5% (meio por cento) do valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

8.3.3. Multa por entrega de bens em desacordo com as especificações:

Percentual de até 10% (dez por cento) do valor dos bens rejeitados, sem prejuízo da obrigação de substituição integral dos itens.

8.3.4. Multa por inexecução parcial do contrato:

Percentual de até 15% (quinze por cento) do valor da parte não executada do contrato.

8.3.5. Multa por inexecução total do contrato:

Percentual de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

8.3.6. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

8.4. Impedimento de Licitar e Contratar

8.4.1. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando a CONTRATADA:

- a) deixar de entregar os bens contratados;
- b) causar prejuízo relevante à execução do contrato;
- c) praticar atos que comprometam a regularidade da contratação ou da execução contratual.

8.5. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

8.5.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos casos de:

- a) fraude na execução do contrato;
- b) apresentação de documentação falsa;
- c) prática de atos ilícitos graves;
- d) conduta que demonstre inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

8.5.2. A sanção vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Procedimento para Aplicação das Sanções

8.6.1. A aplicação de quaisquer sanções observará:

- a) a instauração de processo administrativo próprio;
- b) a garantia do contraditório e da ampla defesa;
- c) decisão devidamente motivada pela autoridade competente.

8.7. Responsabilidade pela Substituição dos Bens

8.7.1. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de:

- a) substituir, às suas expensas, os bens entregues em desconformidade;
- b) reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

8.8. Registro das Penalidades

8.8.1. As penalidades aplicadas poderão ser registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos cadastros oficiais de sanções administrativas, quando cabível.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento do objeto contratado será realizado de forma única, após a entrega integral dos produtos, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, condicionado à comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos contratuais.

9.2. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira;

9.3. As notas fiscais podem ser emitidas em nome da secretaria solicitante, constando CNPJ e endereço, além do número do contrato, lote/item para fins de rastreabilidade.

9.4. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo ao Município, nenhum custo adicional.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1 A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à composição de kits alimentares a serem distribuídos às famílias em situação de vulnerabilidade social no âmbito da ação social da Semana Santa do exercício de 2026, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

10.2 O fornecimento compreende exclusivamente a entrega dos produtos nas quantidades e condições estabelecidas, incluindo transporte adequado até o local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, não estando incluídos serviços de armazenamento posterior, preparo ou distribuição às famílias, os quais permanecerão sob responsabilidade da Administração.

10.3 A seleção do fornecedor dar-se-á com base na proposta mais vantajosa para a Administração, considerada a menor proposta por valor global, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, sanitárias, operacionais e de qualidade estabelecidas neste Termo de Referência.

10.4 Os produtos deverão apresentar qualidade compatível com o consumo humano, regularidade sanitária, acondicionamento adequado e, no caso do pescado, manutenção da cadeia de frio durante o transporte, assegurando a integridade e segurança alimentar até o momento do recebimento definitivo.

10.5 A solução proposta visa assegurar a efetiva execução da ação social da Semana Santa 2026, promovendo segurança alimentar, dignidade às famílias beneficiárias, uso racional dos recursos públicos e observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta de dotação orçamentária:

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Assistência Social de Várzea do Poço.

Projeto/Atividade: 2.026 – Gestão administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

Fonte de Recurso: 1.500.0000.

12. DA LEGISLAÇÃO

12.1. A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive no que couber às responsabilidades da contratada.

12.2. Na elaboração e na execução do objeto contratado deverão ser observados os dispositivos legais e normativos abaixo relacionados, bem como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independentemente de citação expressa:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Normas sanitárias aplicáveis ao fornecimento de alimentos, inclusive aquelas expedidas pela ANVISA e pelos órgãos de vigilância sanitária competentes;
- Normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, quando aplicável;
- Códigos, leis, decretos e portarias federais, estaduais e municipais pertinentes;
- Demais normas aplicáveis ao objeto do contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

13.2. O procedimento será conduzido em sistema eletrônico oficial adotado pelo Município, garantindo a transparência, competitividade, publicidade e igualdade de condições entre os participantes.

13.3. O critério de julgamento será o de **menor preço global**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, sanitárias e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

13.4. Após a fase de lances e julgamento da proposta mais vantajosa, será exigida a comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e econômico-financeira do licitante classificado em primeiro lugar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Na hipótese de o licitante vencedor não atender às exigências de habilitação, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, até que se apure proposta que atenda às exigências legais e técnicas.

13.6. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. Para efeito desta contratação, o orçamento estimado, correspondente ao critério máximo de aceitabilidade do preço global, foi definido a partir da consolidação das pesquisas de preços realizadas, servindo como referência para o planejamento da contratação, nos termos do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o somatório dos valores de todos os itens que compõem o objeto da contratação, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

14.3. Serão considerados inaceitáveis os preços unitários ou globais que ultrapassem o limite máximo aceitável correspondente ao valor global estimado da contratação.

14.4. Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de mercado, com utilização dos parâmetros previstos no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. A estimativa contempla exclusivamente o fornecimento de gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à ação social da Semana Santa 2026.

14.6. TABELA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT	MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	458908	ARROZ PARBOILIZADO, subgrupo polido, classe longo fino, qualidade tipo 1, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidade e materiais estranhos, acondicionado em embalagem primária saco plástico atóxico transparente (emb. 1kg), com respectiva informação nutricional, data de fabricação/validade/lote - embalagem secundária plástico resistente. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Na entrega não poderá ter transcorrido mais de 2/3 do prazo de validade do produto.	1.750	Kg	7,01	12.267,50
1	2	Não Localizado	PEIXE in natura, tipo/espécie CORVINA, inteiro, eviscerado com cabeça, congelado, isento de impurezas, tamanho padrão mínimo de aproximadamente 1,0 Kg, acondicionada embalagem transparente.	3.500	Kg	24,27	84.945,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 97.212,50 (noventa e sete mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos).

Várzea do Poço/BA, 04 de fevereiro de 2026

Noeuma Maria da Silva Suzart
Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à ação social da Semana Santa 2026, no Município de Várzea do Poço – Bahia.

1. Objetivo da Análise de Riscos

Identificar, avaliar e tratar os riscos que possam comprometer o planejamento, a realização do Pregão Eletrônico, a execução contratual e o recebimento dos gêneros alimentícios, garantindo a efetividade da contratação, a segurança alimentar dos beneficiários, a eficiência do gasto público e o atendimento ao interesse público, nos termos do art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

2. Metodologia

A análise considerou as seguintes fases da contratação:

- Planejamento da contratação
- Procedimento licitatório (Pregão Eletrônico)
- Execução contratual (fornecimento)
- Recebimento dos bens

Os riscos foram avaliados segundo:

- **Probabilidade:** Baixa / Média / Alta
- **Impacto:** Baixo / Médio / Alto

Para cada risco foram definidas medidas preventivas e medidas de contingência.

3. Identificação, Avaliação e Tratamento dos Riscos

TABELA – ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO								
Nº	Risco Identificado	Descrição do Risco	Causa Provável	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência
01	Desclassificação por preço inexecutável	Proposta com valor incompatível com mercado	Estratégia agressiva de lance	Média	Alto	Alto	Exigir planilha detalhada se necessário	Desclassificar e convocar segundo colocado
02	Atraso na entrega	Não entrega antes da Semana Santa	Falha logística ou indisponibilidade de estoque	Média	Alto	Alto	Definir prazo objetivo e fiscalização	Aplicar penalidades e convocar remanescente
03	Entrega de pescado fora do padrão sanitário	Produto inadequado para consumo	Falha de armazenamento/transporte	Baixa	Alto	Médio	Exigir conformidade sanitária e fiscalização	Recusar produto e exigir substituição imediata
04	Oscilação de preço do peixe	Elevação do preço de mercado	Variação sazonal	Média	Médio	Médio	Pesquisa de preços robusta	Negociação ou revogação se inviável
05	Quantidade inferior ao contratado	Fornecimento incompleto	Erro logístico	Baixa	Médio	Baixo	Conferência quantitativa no recebimento	Notificação e complementação imediata
06	Problemas na conservação do pescado	Perda de qualidade no transporte	Falha na cadeia de frio	Baixa	Alto	Médio	Exigir transporte refrigerado	Recusa e substituição imediata

4. Matriz Resumida de Riscos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível
Preço inexecutável	Média	Alto	Alto
Atraso na entrega	Média	Alto	Alto
Problema sanitário	Baixa	Alto	Médio
Oscilação de preços	Média	Médio	Médio
Entrega incompleta	Baixa	Médio	Baixo
Falha na conservação	Baixa	Alto	Médio

5. Conclusão

Os riscos identificados são controláveis e mitigáveis mediante:

- Especificação técnica clara
- Critério adequado de julgamento
- Fiscalização rigorosa no recebimento
- Exigência de regularidade sanitária
- Aplicação de penalidades contratuais, quando necessário

A adoção das medidas preventivas e corretivas propostas assegura a viabilidade da contratação, a segurança alimentar dos beneficiários e a adequada execução da ação social da Semana Santa 2026, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Várzea do Poço/BA, 04 de fevereiro de 2026

Noeuma Maria da Silva Suzart
Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável pela elaboração da Análise De Riscos

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado: **NÃO APLICÁVEL PARA ESTE OBJETO/CERTAME**

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.
- e) Cédula de identidade dos sócios administradores da empresa.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
- e) Certidão negativa da Fazenda Municipal da sede do interessado;
- f) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 *balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;*

- a. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida no mínimo, a 30 dias da data da solicitação da habilitação;
- b. os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- c. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d. As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente. (NÃO SE APLICA PARA ESTE CERTAME)

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Apresentação de **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para o **fornecimento de bens/serviços compatíveis com o objeto da licitação**, em características, quantidades e prazos.

1.5.1.1 Considera-se compatível o fornecimento de gêneros alimentícios, tais como arroz, pescado in natura, produtos alimentícios não perecíveis e perecíveis, kits alimentares ou fornecimentos de natureza e complexidade semelhantes às previstas neste Edital e no Termo de Referência.

1.5.1.2 Para fins de comprovação do quantitativo exigido, será admitido o somatório de atestados, desde que demonstrem, em conjunto, a execução satisfatória de fornecimentos compatíveis com o objeto licitado, especialmente quanto ao fornecimento de alimentos em quantitativos equivalentes ou proporcionais ao objeto desta licitação.

1.6 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

1.6.1 Alvará de FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente da sede da empresa, em plena validade. (PARA CONTRATAÇÃO).

ANEXO VIII– MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP. (OPCIONAL)

ANEXO X – DECLARAÇÃO LGPD.

ANEXO XII – DADOS PARA ASSINATURA PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO.

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE:
Responsável pelo Recebimento: A DEFINIR
Telefone:
Horário de Funcionamento: 08H AS 12H

ANEXO IV
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 002/2026

PROTOCOLO XX.XXX.XXX-XX

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

ANEXO V

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: [O MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO - BAHIA, através do órgão XXXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 024/2024, de 13 de março de 2024; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 002/2026 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ PARBOILIZADO E PEIXE IN NATURA TIPO CORVINA), DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL DA SEMANA SANTA DO EXERCÍCIO DE 2026, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BAHIA, conforme descrito no Termo de Referência, bem como no Processo Administrativo nº 067/2026.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 002/2026, objeto do processo administrativo n.º 009/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município e conforme ato de autorização.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos [PARCELADA], conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO os **preços unitários constantes da proposta vencedora**, a qual integra este contrato para todos os fins de direito.

4.2 O valor total do contrato é de **R\$ xxxxx (xxxxxx)**, conforme adjudicação do objeto e limites fixados no Edital e no Termo de Referência.

4.3 No preço pactuado estão **inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto**, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, fretes, seguros, transporte, carga e descarga, bem como quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos bens.

4.4 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento dos bens efetivamente entregues e aceitos pela Administração, observado o cronograma, as condições de recebimento e os procedimentos definidos neste contrato e no Termo de Referência.

ANEXO – MODELO DE TABELA DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	ARROZ PARBOILIZADO, xxxxxxxx.	xxx	kg	1750	Xx,xx	Xx,xx
01	02	PEIXE in natura, tipo/espécie CORVINA, xxxx.	xxx	kg	3500	Xx,xx	Xx,xx

Valor Total do Lote: R\$ _____ (xxxxxxx)

5. DO REAJUSTE.

- 5.1 Os preços contratados poderão ser **reajustados**, com a finalidade de preservar o **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento estimado pela Administração, conforme disposto no **art. 92, inciso V, e art. 134 da Lei nº 14.133/2021**.
- 5.2 O reajuste, quando cabível, será calculado com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
- 5.3 Na hipótese de extinção, suspensão ou impossibilidade de utilização do índice indicado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente ou, na ausência de previsão legal, aquele que melhor reflita a variação efetiva dos custos do mercado, mediante **formalização por termo aditivo**.
- 5.4 Eventual atraso na divulgação do índice não impedirá a aplicação do reajuste, sendo utilizada, provisoriamente, a última variação conhecida, procedendo-se ao ajuste definitivo tão logo o índice oficial seja divulgado.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 6.1 A gestão do presente contrato será exercida por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, o Sr. TIAGO SANTOS BARROS, nomeado pela Portaria nº 014/2025, aos quais competirá acompanhar a execução do fornecimento dos gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução contratual e dar ciência à Administração de todas as ocorrências relevantes.
- 6.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios, falhas na conservação, inadequação sanitária ou fornecimento em desacordo com as especificações técnicas, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3 O fiscal designado pela secretaria demandante, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como as providências adotadas ou necessárias à regularização de falhas ou desconformidades eventualmente observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

- 7.1.1 Os gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina) deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de Várzea do Poço – Bahia, cujo endereço será formalmente informado no momento da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.
- 7.1.2 A entrega deverá ocorrer em dias úteis, em horário previamente definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante agendamento com o servidor responsável designado pela Administração.
- 7.1.3 O recebimento dos produtos será realizado por servidor designado pela Administração, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, após verificação da conformidade com as especificações técnicas, condições sanitárias e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 7.1.4 Todas as despesas relativas à entrega dos produtos, incluindo transporte, manutenção da cadeia de frio no caso do pescado, descarga, seguro e quaisquer outros encargos, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais à Administração Pública.

7.2 DO PRAZO DE ENTREGA

- 7.2.1 O prazo máximo para a entrega dos gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina) deverá ser compatível com o cronograma da ação social da Semana Santa do exercício de 2026, devendo ocorrer em até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento, garantindo-se que os produtos estejam disponíveis antes da data prevista para a distribuição, salvo prorrogação devidamente justificada e autorizada pela Administração.

7.3 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- 7.3.1 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa, verificação das condições aparentes, da integridade das embalagens, das condições de conservação (especialmente no caso do pescado congelado) e da documentação obrigatória, especialmente a nota fiscal.
- 7.3.2 O recebimento definitivo será efetuado após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à qualidade, validade, peso mínimo e condições sanitárias, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.3 Constatadas desconformidades técnicas, vícios, irregularidades sanitárias ou descumprimento das especificações, a Administração poderá recusar total ou parcialmente os produtos, devendo a CONTRATADA proceder à substituição, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO/UNIDADE:	05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VARZEA DO POÇO
PROJETO/ATIVIDADE:	2.026 – GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.32.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE DE RECURSO:	1.500.0000

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de XXXX (XXXX), contados de __/__/____ a __/__/____, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1.1 Proporcionar todas as condições necessárias para a adequada execução do objeto contratual, possibilitando o fornecimento e a entrega dos gêneros alimentícios nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.1.2 Emitir a respectiva nota de empenho, observadas as disposições orçamentárias e financeiras vigentes.
- 10.1.3 Indicar formalmente os responsáveis pelo recebimento dos produtos, bem como designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.5 Receber os produtos nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, procedendo ao recebimento provisório e definitivo após verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições sanitárias exigidas.
- 10.1.6 Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca de eventuais irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para saneamento, quando cabível.
- 10.1.7 Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA após o recebimento definitivo e o atesto da nota fiscal, observados os prazos contratuais.
- 10.1.8 Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA, relacionados à execução do objeto.
- 10.1.9 Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato.
- 10.1.10 Promover a extinção do contrato, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.2.1 Fornecer os gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina) em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições sanitárias e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.
- 10.2.2 Entregar os produtos próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade, com adequada conservação e acondicionamento, especialmente mantendo a cadeia de frio no transporte do pescado congelado.
- 10.2.3 Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, manutenção da cadeia de frio, tributos e encargos legais.
- 10.2.4 Proceder à substituição dos produtos que apresentarem vícios, irregularidades sanitárias, desconformidade de peso ou especificação técnica, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração.
- 10.2.5 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 10.2.6 Garantir a qualidade e adequação dos produtos fornecidos, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de vícios ou irregularidades.
- 10.2.7 Cumprir integralmente as normas sanitárias, ambientais e demais legislações aplicáveis ao fornecimento de alimentos.
- 10.2.8 Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração.
- 10.2.9 Aceitar os acréscimos ou supressões contratuais até o limite de 25%, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

- 10.2.10 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento.
- 10.2.11 Não transferir ou subcontratar o objeto sem prévia autorização da Administração.
- 10.2.12 Submeter-se integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

11. FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1** O pagamento do objeto contratado será realizado de forma única, após a entrega integral dos produtos, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, condicionado à comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos contratuais.
- 11.2** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira;
- 11.3** As notas fiscais podem ser emitidas em nome da secretaria solicitante, constando CNPJ e endereço, além do número do contrato, lote/item para fins de rastreabilidade.
- 11.4** Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar incluídas, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo ao Município, nenhum custo adicional.

11 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.2** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

- 12.1** A CONTRATADA deverá garantir que todos os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, sanitárias e aos padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.
- 12.2** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela substituição imediata, às suas expensas, de quaisquer itens que apresentem defeitos, vícios, deterioração, irregularidade sanitária ou desconformidades verificadas no recebimento provisório ou definitivo.
- 12.3** No caso específico do pescado, deverá ser assegurada a adequada conservação e manutenção da cadeia de frio até o momento da entrega, respondendo a CONTRATADA por qualquer perda de qualidade decorrente de armazenamento ou transporte inadequado.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1** O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA no fornecimento dos gêneros alimentícios (arroz parboilizado e peixe in natura tipo corvina), destinados à ação social da Semana Santa 2026, sujeitará a empresa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração.

13.2 Advertência

- 13.2.1** Será aplicada advertência por escrito nos casos de infrações de menor gravidade, tais como:
- a) atrasos pontuais e devidamente justificados na entrega dos bens;
- b) falhas formais que não comprometam a qualidade, a regularidade sanitária ou a finalidade social da contratação.

13.3 Multa

- 13.3.1** A CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multa, observados os limites legais, nas seguintes hipóteses:

13.4 Multa por atraso na entrega dos bens:

- 13.4.1** Percentual de até 0,5% (meio por cento) do valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

13.5 Multa por entrega de bens em desacordo com as especificações:

- 13.5.1** Percentual de até 10% (dez por cento) do valor dos bens rejeitados, sem prejuízo da obrigação de substituição integral dos itens.

13.6 Multa por inexecução parcial do contrato:

- 13.6.1** Percentual de até 15% (quinze por cento) do valor da parte não executada do contrato.

13.7 Multa por inexecução total do contrato:

- 13.7.1** Percentual de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

- 13.7.1** As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

13.8 Impedimento de Licitar e Contratar

13.8.1 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando a CONTRATADA:

- a) deixar de entregar os bens contratados;
- b) causar prejuízo relevante à execução do contrato;
- c) praticar atos que comprometam a regularidade da contratação ou da execução contratual.

13.9 Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

13.9.1 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos casos de:

- a) fraude na execução do contrato;
- b) apresentação de documentação falsa;
- c) prática de atos ilícitos graves;
- d) conduta que demonstre inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

13.9.2 A sanção vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

13.10 Procedimento para Aplicação das Sanções

13.10.1 A aplicação de quaisquer sanções observará:

- a) a instauração de processo administrativo próprio;
- b) a garantia do contraditório e da ampla defesa;
- c) decisão devidamente motivada pela autoridade competente.

13.11 Responsabilidade pela Substituição dos Bens

13.11.1 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de:

- a) substituir, às suas expensas, os bens entregues em desconformidade;
- b) reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

13.12 Registro das Penalidades

13.12.1 As penalidades aplicadas poderão ser registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos cadastros oficiais de sanções administrativas, quando cabível.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração

14.3 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

14.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

15 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 O Contratante e o Contratado comprometem-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

15.2 O tratamento de dados pessoais eventualmente indispensáveis à execução do contrato será realizado exclusivamente para a finalidade pública da contratação, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, segurança e responsabilização.

15.3 Os dados pessoais tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados para fins relacionados ao cumprimento do objeto contratual, vedada sua utilização para quaisquer outras finalidades.

15.4 A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos do art. 46 da LGPD.

15.5 A CONTRATADA manterá registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito da execução contratual, garantindo condições de rastreabilidade e comprovação sempre que solicitado.

15.6 O eventual acesso da CONTRATADA a dados pessoais sob controle do Município implicará dever de sigilo absoluto, inclusive após o término da vigência contratual.

15.7 A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados.

15.8 4.6.8. Encerrada a vigência contratual, e não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, a CONTRATADA deverá proceder à sua devolução ou eliminação segura, conforme orientação do CONTRATANTE e nos termos da legislação vigente.

15.9 A aplicação das disposições desta cláusula não afasta a responsabilidade civil, administrativa ou penal prevista na legislação aplicável.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

16.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 024/2024 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

16.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de VÁRZEA DO POÇO - Bahia e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema.

16.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro competente da Comarca do município de VÁRZEA DO POÇO –Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local, Data.

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DO POÇO
CNPJ: XXXXXXXX
(Espaço para assinatura)

CONTRATADA:
XXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXX
(Espaço para assinatura)

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF: _____
Nome: _____ CPF: _____

ANEXO VI
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :		Inscrição Municipal :	
Endereço :			
Bairro:			
CEP:		Cidade:	Estado:
Telefone:		Fax:	e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

CONFORME, PLANILHA DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. A validade da proposta é de [xxxx] [xxxx] dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

5. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 002/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 002/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO X

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Anexo XI

REGRAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

NÃO APLICÁVEL A ESTE OBJETO

ANEXO XII

DADOS PARA ASSINATURA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

À Prefeitura Municipal de VÁRZEA DO POÇO - Bahia

Att.: Pregoeiro e Equipe de Apoio

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

[NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX

Local e data

Representante Legal

ANEXO XIII
DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

À Prefeitura Municipal de VÁRZEA DO POÇO - Bahia
Att.: Pregoeiro e Equipe de Apoio
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

[NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX

DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NA QUALIDADE DE PROPONENTE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SOB A MODALIDADE PREGÃO INSTAURADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DO POÇO - BAHIA, NÃO POSSUIR CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTES E NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE VÁRZEA DO POÇO-BAHIA.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Local e data

Representante Legal